

Comissão da Liberdade Religiosa

Intervenção do Ministro da Justiça no II Colóquio “A Religião Fora dos Templos”

Lisboa, 17 de Março de 2007

Quem observe a realidade actual, europeia e global, não pode deixar de reconhecer que, saindo do interior dos templos, as religiões vivem no âmago dos dramas e das esperanças do mundo contemporâneo.

Há mesmo quem fale num regresso em força de Deus ao mundo e veja na própria progressão da liberdade, à escala mundial, nas últimas décadas, o principal factor da progressão da religiosidade.

Os intensos fluxos migratórios e a profunda aculturação que caracteriza a realidade global, tornaram a diversidade das convicções e das crenças traços permanentes de um mundo onde fazem falta referências provadas para encontrar o caminho que dê expressão plena aos princípios do Estado Democrático.

A herança das instituições democráticas europeias, em cuja génese as questões religiosas desempenharam um papel tão importante, fornece-nos inspirações.

Como o reconheceu a Convenção Europeia e o próprio Tratado Constitucional, o princípio da laicidade que se afirmou na multissecular experiência europeia cruza-se agora com um vasto fundo espiritual que se tem permanentemente renovado e diversificado.

O Conselho Europeu, por mais de uma vez, interpretando esta herança, exortou os Governos a prosseguir e a estimular um diálogo sustentado, aberto e transparente com as diferentes religiões e comunidades filosóficas, enquanto instrumento de paz e coesão social na Europa e nas suas fronteiras.

Esta é hoje uma marca civilizacional que nos compete a todos promover.

Como disse na sua posse o Presidente do Parlamento Europeu, "Temos de contribuir para que o diálogo entre culturas e religiões constitua o timbre da Europa.

(...) Devemos apoiar activamente todos os modelos de coexistência na Europa de cristãos, muçulmanos e judeus, bem como, naturalmente, todas as pessoas que não pertençam a estas religiões. Trata-se de um investimento determinante na nossa evolução espiritual. Constitui, simultaneamente, o melhor contributo para promover o diálogo entre culturas para além do Mediterrâneo, no Próximo Oriente e no Norte de África. Não queremos um choque civilizacional, mas sim paz em liberdade e justiça entre todos os povos e convicções religiosas ou filosóficas.

Uma comunidade democrática não pode deixar de conceber-se, no que tem de essencial, como um espaço de comunicação e de diálogo – diálogo social, diálogo político, diálogo cultural, mas necessariamente também diálogo inter-religioso e laico. Essa é uma vertente tão estruturante da vida dos homens que se pode afirmar – como aliás já foi dito – que a identidade religiosa é uma parte essencial da nossa identidade, mesmo para os cidadãos laicos.

Num mundo onde a incerteza e as ameaças têm maior relevo, novas solicitações e novas esperanças se orientam também para as religiões.

Os perigos decorrentes dos males que nos ameaçam, incluindo o do fundamentalismo e o terror, só podem ser enfrentados com um forte contributo das religiões e com um papel activo das lideranças religiosas. É isso que tem vindo a ser sublinhado pelos líderes europeus.

Sim. Indo ao que mais directamente nos interpela no tema desta reflexão, há novos papéis e novos desafios fora dos templos.

São desafios cruciais que têm uma enorme importância para o reforço da credibilidade da presença religiosa no mundo actual e para a sua inserção no espaço institucional democrático.

A acção das religiões e das lideranças religiosas na construção de uma esfera pública capaz de incluir, de integrar e de vencer os factores de ressentimento que diminuem o humano – é uma missão decisiva para a paz, para a segurança e para o desenvolvimento espiritual nas sociedades contemporâneas.

Os que imaginavam que uma interpretação iluminista do laicismo de outras épocas era uma chave de leitura que servia para a realidade dos nossos dias enganam-se e só podem acrescentar dificuldades às dificuldades.

Democratização, modernização e globalização, o fim das ideologias – são movimentos que abrem grandes espaços à volta dos templos, grandes espaços abertos à progressão das fés e da religiosidade.

O papel da diversidade religiosa e as suas manifestações estão a consolidar-se na sociedade portuguesa, não como sinais de regressão mas como sinais de participação no que há de específico no mundo actual.

Neste domínio, Portugal está a colmatar neste século lacunas sérias provenientes da herança do século passado.

Para lá das liberdades e princípios, cuja formulação e garantia é sempre decisiva, está agora em causa assegurar concretamente, a igualdade de tratamento entre diferentes confissões religiosas.

Das iniciativas legislativas em marcha quero destacar aquela que visa regulamentar o registo civil de casamentos religiosos, que será apreciada pelo Conselho de Ministros durante o próximo mês de Abril.

Trata-se de adequar as normas e procedimentos de registo ao regime jurídico dos casamentos civis sob forma religiosa.

Actualmente, os membros de confissões religiosas que não a religião católica têm, necessariamente, que casar perante um conservador de registo civil.

As cerimónias religiosas que celebram não produzem qualquer efeito nem têm qualquer valor na ordem jurídica portuguesa.

Com a revisão do Código de Registo Civil, esta discriminação vai acabar.

Com essa aprovação, será dado um passo muito expressivo em direcção a uma sociedade que acolhe e reconhece a igualdade essencial das diferentes convicções religiosas.

Compete ao Estado Democrático e aos responsáveis públicos adoptar uma visão aberta, dialogante e europeia em direcção a essa pluralidade de convicções, removendo heranças discriminatórias, e sobretudo estimulando e valorizando os contributos inestimáveis que o mundo religioso pode trazer para o encaminhamento e solução dos problemas actuais.

Se no mundo em que vivemos faz sentido falar em novas responsabilidades públicas, e em ir assim para lá da visão das liberdades públicas, não faz menos sentido transcender a visão clássica e falar também aqui de novas responsabilidades religiosas.

Estou certo que este Colóquio, em que pela segunda vez participo com gosto, representou um contributo valioso nesse caminho, de liberdade mas também de responsabilidade, frente a um mundo de cuja matriz essencial faz parte serem iguais os que acreditam e os que não acreditam.